

RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.310 - SP (2018/0235796-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : JOSE JOAQUIM ROBERTO
ADVOGADOS : SOLANGE CARDOSO ALVES - SP122663
RUBENS ANTONIO ALVES - SP181294
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : ALVIN FIGUEIREDO LEITE E OUTRO(S) - SP178551

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Agravo interno Natureza de recurso propriamente dito ou mera forma de reiteração do recurso inicialmente oferecido, que significa ser meio de devolver ao colegiado a competência que já era sua Finalidade do Agravo Interno de levar ao conhecimento do órgão colegiado competente a decisão monocrática do relator - Não se pode entender que a decisão monocrática do relator seja considerada, para todos os efeitos legais e constitucionais, como decisão do próprio órgão colegiado Interposto o Agravo Interno, se devolve ao órgão fracionado o conhecimento de todas as matérias objeto do recurso principal, até por visar tanto à anulação da decisão monocrática, como à reforma da mesma, daí derivando o julgamento pelo órgão fracionário que apreciará do alegado pelo recorrente, como da correção do procedimento adotado pelo relator (CPC artigo 1.021), observado os limites legais da decisão do relator, conforme o artigo 932 do CPC. Execução em cumprimento de sentença Ação Civil Publica Caderneta de poupança Expurgos inflacionários - Julgamento monocrático Análise do recurso pelo Relator Artigo 932, III e IV (artigo 557 do CPC/73) Possibilidade Ausência de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa Observância da regra de economia e celeridade processual STJ, Súmula 568 e REsp 623.385-AM - Adequação do julgamento Reconhecimento Ausência de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada - Possibilidade de julgamento pelo Relator com o intuito de minorar a carga de trabalho no Órgão Colegiado e matéria de ordem pública objeto da lide que afastam a preclusão e coisa julgada e impõem o dever de apreciação - Expressão de poder de jurisdição e do império do Estado CPC artigos 485 § 3º e 337 § 5º (CPC/73, arts.

267, § 3º, e 301, § 4º). Recurso não provido.

A parte recorrente alega violação do artigo 272 do Código de Processo Civil. Aduz haver pedido para que as publicações fossem realizadas em nome de dois advogados, pleito que não foi observado pela Justiça estadual. Reclama de nulidade de intimação.

O Tribunal de origem indeferiu pedido de republicação de decisão, com reabertura de prazo, entendendo:

Reclama o Agravante a republicação da r. decisão de fls. 112/7, com reabertura de prazo, por entender nula a publicação por contrariar pedido expresso do exequente, ausente o nome da advogada Solange Cardoso Alves, ainda que constante da publicação o nome do outro advogado indicado Rubens Antonio Alves.

Nos termos do disposto no artigo 272, § 5º do CPC, no que pertine às intimações, tão só explicita nulidade de comunicação de atos processuais o não atendimento de pedido expresso para que esse procedimento se faça em nome dos advogados indicados.

Em complemento, tem-se que para o fim de intimação pela imprensa, dispõe as Normas de Serviço da CGJ do TJ/SP, como regra geral que, estando qualquer das partes representada nos autos por mais de um advogado, o ofício de justiça fará constar o nome de qualquer dos advogados (artigo 135, I, Provimento CG 17/2016).

Isso quer dizer que, constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, não vicia o ato se da intimação pela imprensa constar o nome de qualquer um dos advogados indicados.

Por isso, ciente a parte do ato praticado a partir da comunicação com indicação na publicação do nome de um dos advogados indicados, ausente nulidade a ser reconhecida, incorrente cerceamento de defesa, com o acréscimo de não se justificar que da comunicação se faça constar todos os nomes dos advogados indicados.

Nesse sentido o entendimento do STJ, “1 - Havendo dois advogados constituídos, a intimação de apenas um deles não enseja cerceamento de defesa. Precedentes da Corte. 2 - Recurso especial não conhecido” (REsp 268486/RS, REsp 121831/RS).

E da mesma forma, o entendimento do TRF-1, “I - Afigura-se correta a decisão que indeferiu a restituição de prazo recursal e, por

consequente, deixou de receber a apelação, em face de sua intempestividade, tendo em vista que constando da publicação o nome de apenas um dos advogados constituídos pela parte, considera-se válida a intimação, não caracterizando vício que justifique a devolução do prazo recursal. II - Agravo desprovido” (AG 41797 BA).

O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que a solicitação explícita para que conste, na intimação, o nome de determinado patrono, deve ser atendida. Havendo pedido expresso de exclusividade, como sucede no presente caso, vislumbra-se hipótese de nulidade. Nesse sentido:

LOCAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. NULIDADE DE INTIMAÇÃO. LITISCONSÓRCIO. PUBLICAÇÃO EM QUE CONSTA O NOME DE APENAS UM, SEGUIDO DA EXPRESSÃO "E CÔNJUGE". POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PLURALIDADE DE ADVOGADOS. INTIMAÇÃO EM NOME DE APENAS UM. AUSÊNCIA DE NULIDADE.

(...)

2. Estando a parte representada por mais de um advogado, basta que a intimação seja realizada em nome de um deles para a validade dos atos processuais, salvo quando há pedido expresso no sentido de que as publicações sejam efetivadas exclusivamente em nome de determinado patrono ou de todos os procuradores.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no REsp 852.256/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2011, DJe 28/02/2011)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA DOS ATOS PROCESSUAIS POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. PUBLICAÇÃO EM NOME DE UM DOS PATRONOS CONSTITUÍDOS. VALIDADE. INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO DE PUBLICAÇÃO EXCLUSIVAMENTE EM NOME DE UM DOS ADVOGADOS. AUSÊNCIA DE NULIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Havendo vários advogados habilitados a receber intimações, é

válida a publicação realizada na pessoa de apenas um deles. A nulidade das intimações só se verifica quando há requerimento prévio para que sejam feitas exclusivamente em nome de determinado patrono, o que não é o caso dos presente autos.

2. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp 852.256/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2011, DJe 28/02/2011; RMS 21.444/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2009, DJe 29/04/2009.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1496663/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 28/08/2015)

Merece reforma o acórdão recorrido, pois não atendido o pedido expresso de intimação exclusiva.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso para declarar a nulidade da intimação da decisão lançada às fls. 112-117 dos autos, devendo-se promover nova intimação, com observância dos nomes dos advogados indicados pela parte recorrente.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora